

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ESCOLAS DE GOVERNO DA PREFEITURA DE SÃO PAULO— CONSEGOV

No dia 29 de junho de 2023, das 10h30min às 11h50min, participaram remotamente por meio da plataforma Microsoft Teams:

Regina Silvia Viotto Monteiro Pacheco – R.F. 847.430.0 - Secretária Adjunta de Gestão
Secretaria Municipal de Gestão – SEGES

Rita de Cassia da Cruz Silva Minvielle – R.F. 835.946.6 - Coordenadora

Jaqueline Primiani Mol – R.F.: 822.636.9

Juliana Helena Bonat – R.F.: 835.887.7

Lidiane Diogo Souza Nunes – R.F.: 911.834.9

Luciana Torres Roza – R.F.: 781.615.4

Marcia Regina Vieira de Aguiar – R.F.: 508.577.2

Neide Keiko Otsuka – R.F.: 911.188.3

Patrícia Vieira Santos – R.F.: 787.588.6

Paula Heloisa da Silva Ribeiro – R.F. 889.430.2

Escola Municipal de Administração Pública de São Paulo – EMASP

Secretaria Municipal de Gestão – SG

Alan Souza Santos – R.F. 836.065.1

Escola Espaço Público do Aprender Social – ESPASO

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS

Beatriz Chaves Dias – R.F. 886.949.9

Centro de Formação em Controle Interno – CFCI

Controladoria Geral do Município

Roberto Angotti Júnior—R.F.: 753.843.0

Centro de Estudos Jurídicos – CEJUR

Procuradoria Geral do Município - PGM

Gabriela Pinheiro Lima Chabbouh - R.F. 835.910.5

Escola UMAPAZ

Lucia Langanke de Oliveira —R.F.: 572.372.8

Escola da Secretaria da Saúde

Ricardo Panato —R.F.: 760.690.7

Marcos Barreto —R.F.: 1622

Escola Superior de Gestão e Contas Públicas

Tribunal de Contas do Município de São Paulo – TCM

Pauta:

Política de capacitação

A reunião teve início com as boas-vindas da Secretária Adjunta de Gestão, Sra. Regina Silvia Viotto Monteiro Pacheco, que, oficialmente, apresentou a Sra. Rita de Cassia da Cruz Silva Minvielle como a nova coordenadora da EMASP, destacando suas qualidades, sua experiência e expressando sua felicidade em tê-la na equipe. A Sra. Rita agradeceu as palavras e expressou sua satisfação em estar à

frente da EMASP, enfatizando o crescimento e a incorporação de novos membros à equipe, demonstrando estar feliz em trabalhar com todos e que busca a colaboração de todas as escolas de governo.

Em seguida, a Sra. Rita abriu a discussão com a solicitação da Sra. Beatriz sobre a alteração na portaria que rege os representantes do CONSEGOV, pedindo a inclusão dela e do Sr. José Mauricio Linhares Barreto, R.F. 910.928.5, como representantes do Centro de Formação em Controle Interno na lista oficial.

A Sra. Regina esclareceu que a retificação do Decreto da Reestruturação da Seges, com as atribuições do próprio CONSEGOV, está em andamento no gabinete do Prefeito, aguardando a assinatura e a publicação. A Sra. Rita sugeriu, então, aguardar a publicação do Decreto para realizar todas as alterações necessárias de uma só vez, inclusive a da Portaria com os membros representantes do CONSEGOV.

A Sra. Rita propôs que todas as escolas de governo indiquem seus representantes titulares e suplentes até 20 de julho nos endereços eletrônicos ritaccruz@prefeitura.sp.gov.br com cópia para patriciavieira@prefeitura.sp.gov.br. A sugestão foi aceita pelos demais participantes e o Sr. Roberto pontuou que quem não tiver alterações em suas representações não precisa se manifestar.

A Sra. Rita abriu a reunião e informou que o tema em pauta é a política de capacitação no âmbito da prefeitura de São Paulo. Ela mencionou o a legislação de 2010, publicada durante a gestão Kassab, composta pelos decretos 51.367/2010, 51.368/2010 e 51.369/2010. Esses decretos abordam a Política Municipal de capacitação, Ensino a Distância e Gestão de Conhecimento e Inovação. Ela observou que os decretos estão desatualizados e sugeriu discutir um deles na reunião atual e os demais em encontros futuros. Dentre os decretos, destacou o que trata do Ensino a Distância, uma vez que a maioria, se não todas, as escolas têm realizado a maior parte de suas formações nesse formato, especialmente após a pandemia. Com base nisso, propôs a ideia de realizar uma rodada de compartilhamento de experiências entre as escolas presentes, a fim de discutir a diferença entre as capacitações presenciais e as realizadas a distância. Essa troca de informações seria valiosa para compreender a realidade de cada escola e direcionar possíveis ações futuras.

O Sr. Roberto confirmou a relevância do EAD e mencionou uma pesquisa interna, realizada no âmbito do CEJUR, na qual 82% dos participantes demonstraram preferência pelo formato remoto, com uma parte significativa optando pelo formato assíncrono, permitindo assistir às formações em horários flexíveis. Mencionou, ainda, o problema adicional da obsolescência do prédio da CEJUR.

A Sra. Rita questionou se o CEJUR continuará investindo nas formações à distância.

O Sr. Roberto respondeu que de acordo com a discussão que teve com um professor durante a abertura de um evento na Universidade Federal de Pernambuco, o EAD tem sido tão bem aceito que atualmente é necessário justificar a realização de uma formação presencial, pois as pessoas estão satisfeitas em participar virtualmente. Na área jurídica, são poucas as situações que exigem a formação presencial, ao contrário de outras áreas que podem demandar formações práticas. Portanto, a abordagem do CEJUR é utilizar a modalidade presencial apenas quando estritamente necessário e de acordo com as estratégias pedagógicas. Além disso, afirmou estar estudando a possibilidade de utilizar o prédio da Rua Maria Paula como alternativa, por se tratar de um espaço

mais moderno. Em resumo, a diretriz é realizar formações presenciais apenas quando o projeto pedagógico assim o exigir.

A Sra. Gabriela, da UMAPAZ, utiliza bastante o ensino online, mas percebeu que essa modalidade não é a preferência dos formadores da escola, pois não está totalmente alinhada com a metodologia de ensino e aprendizagem. Atualmente, cerca de 90% dos cursos são presenciais, enquanto apenas 10% são online síncronos. No entanto, afirmou que a UMAPAZ está preparando o lançamento de uma plataforma EAD assíncrona pelo MOODLE, previsto para setembro, durante a Virada Sustentável. A UMAPAZ planeja investir mais no formato síncrono, ampliando o número de formações online para aproximadamente 20% no segundo semestre. Embora algumas formações síncronas sejam realizadas por meio do Teams, a acessibilidade tem sido um desafio. Apesar das mudanças, a maior parte do trabalho continuará sendo feita de forma presencial.

O Sr. Ricardo, representante da Escola do Tribunal de Contas, se apresentou e expressou o prazer de conhecer os participantes da reunião. Ele mencionou que esteve na Secretaria Geral do Tribunal por cinco anos e assumiu o desafio da escola neste ano. Ele colocou a escola à disposição para parcerias e destacou o dilema entre os cursos presenciais e a distância. Embora reconheça que os cursos à distância possam ter algumas desvantagens pedagógicas, eles também oferecem benefícios em termos de alcance e de facilidade de acesso para pessoas em São Paulo, considerando as complicações de mobilidade na cidade. A escola oferece três tipos de cursos: eventos de um dia, cursos de extensão e cursos de pós-graduação. A maioria dos eventos e cursos de extensão são presenciais, com transmissão pelo YouTube ou pela plataforma TEAMS. Já os cursos de pós-graduação são exclusivamente presenciais, devido à importância pedagógica de ter os alunos em sala de aula. No entanto, o Sr. Ricardo enfatizou que o ensino a distância veio para ficar e é uma tendência a ser considerada.

O Sr. Alan, representante do ESPASO, menciona que o espaço possui cerca de 20 anos de atuação e está em processo de reforma do edifício. Eles planejam retomar as atividades presenciais no início de 2024. Ele mencionou que há uma grande demanda por cursos presenciais devido às dificuldades de acesso à tecnologia e internet por parte do público-alvo, que estão nos territórios de atuação da SMADS. Para atender a essa demanda, o ESPASO planeja oferecer cursos de treinamento práticos descentralizados em temáticas como combate ao racismo, erradicação do trabalho infantil e prevenção do abuso sexual, priorizando turmas reduzidas. Além disso, eles também estão desenvolvendo cursos online assíncronos de caráter introdutório para profissionais em geral. Além disso, estão desenvolvendo a plataforma online MOODLE com a ajuda de um consultor para fornecer treinamentos relacionados a determinadas políticas e cursos introdutórios assíncronos ao longo do ano. O foco principal continua sendo o ensino presencial, mas eles adaptarão conforme a estrutura permitir ao longo do semestre.

A Sra. Beatriz apresentou sua experiência e destacou que sua escola é 100% virtual, não contando com um espaço físico. Ela ressaltou as dificuldades enfrentadas para realizar treinamentos presenciais, sendo necessário pedir empréstimo de salas em outras escolas. Afirmou que a formação presencial é limitada a um evento anual obrigatório, especialmente para servidores lotados nas subprefeituras. A Sra. Beatriz ressaltou que a maioria dos cursos oferecidos atualmente são síncronos, mas ela busca migrar para um formato assíncrono, visando disponibilizar as capacitações assim que os servidores forem nomeados, facilitando a execução de suas tarefas designadas. Ela

mencionou também a alta procura pelos cursos oferecidos, o que levou a busca por parcerias externas, como a ESA OAB, que possui um estúdio que poderia ser utilizado. A Sra. Beatriz explicou que está em andamento uma parceria com a OAB, que possui uma estrutura profissional, incluindo um estúdio, onde a escola poderá utilizar para realizar suas atividades. Ela destacou a alta demanda por cursos e a limitação de vagas, mas enfatizou que no formato assíncrono, consegue oferecer mais vagas constantemente, atendendo a obrigatoriedade de cursos para os servidores, como o de ética no serviço público. Para ajudar as pessoas com dificuldades no uso do TEAMS, eles criaram playlists com orientações, o que reduziu consideravelmente as dificuldades de interação com a plataforma. Beatriz compartilhou o link das playlists no chat.

A Sra. Gabriela, da UMAPAZ, mencionou a importância de compartilhar essa playlist para auxiliar no acesso aos cursos. Ela ressaltou que muitos alunos enfrentam dificuldades para acessar o Teams e, devido à limitação da equipe, não é possível oferecer suporte individualizado para todos. No entanto, eles fazem o possível para ajudar, mas nem sempre é viável esclarecer questões específicas devido ao alto número de pessoas tentando acessar simultaneamente. A Sra. Gabriela agradeceu e acredita que isso trará mais clareza aos alunos.

O Sr. Roberto destacou novamente a importância do ensino à distância e ressaltou a necessidade de discutir o compartilhamento de espaços comuns, tanto para atividades presenciais quanto para o ensino à distância como uma saída viável para melhorar a oferta de capacitações e enfrentar as demandas com recursos limitados na administração pública. Ele sugeriu incluir essa discussão nas próximas pautas do CONSEGOV,

A Sra. Rita sugeriu que alguém da EMASP auxiliasse na criação de uma planilha com as estruturas disponíveis nas diferentes escolas, incluindo salas, salões e auditórios, para facilitar a identificação dos espaços disponíveis e a possibilidade de empréstimo. Essa planilha seria compartilhada entre os participantes para uma análise mais detalhada, preenchimento e discussão nas próximas reuniões.

O Sr. Roberto falou sobre a discussão anterior a respeito da mudança de sede da EMASP. Houve considerações para que a nova sede pudesse atender às necessidades de outras escolas também. No passado, essa ideia foi discutida com certa força, mas ele não tem certeza se foi descartada ou apenas deixada em segundo plano. A atual sede da EMASP era considerada barulhenta e inadequada para suas necessidades, por isso começaram a buscar uma nova localização. Além disso, visitaram outras escolas para avaliar a possibilidade de compartilhar espaços. O Sr. Roberto tem interesse particular na questão, pois tem a obsolescência do prédio atual do CEJUR; ele resalta que, mesmo com adaptações, fica difícil ter grandes formações presenciais. Uma possibilidade poderia ser o prédio da Rua Maria Paula (possível nova sede), mas haveria necessidade de investimentos. Por isso, ele deseja obter mais informações sobre o assunto.

A Sra. Regina explicou que no ano passado a EMASP tentou alugar um espaço maior, mas não havia a discussão de um espaço que pudesse abrigar outras escolas. A intenção era expandir a EMASP, mas devido aos altos preços dos aluguéis e a necessidade de muitas reformas nos espaços analisados, não foi possível concretizar essa mudança. Neste ano, a perspectiva é tentar expandir sem mudar de endereço, mas em uma escala menor. A Sra. Regina mencionou que não há uma data prevista para essa expansão, pois o andar que estão interessados ainda está alugado. Ela acredita que uma planilha seria suficiente para que todos saibam quais espaços estão disponíveis e que não é

necessário complicar muito a questão da ajuda mútua e compartilhamento de espaços entre os membros do CONSEGOV.

O Sr. Ricardo mencionou que a escola do tribunal talvez seja privilegiada nesse aspecto, pois possui um prédio com salas e um auditório, disponíveis. Ele destacou que já têm realizado atividades em conjunto com a Secretaria de Educação e o ESPASO, disponibilizando esses espaços para outras escolas. Ricardo enfatizou que estão à disposição e que não faz sentido ter espaços ociosos quando outras escolas têm essa necessidade. Ele colocou o espaço da escola do tribunal à disposição para esse objetivo.

A Sra. Rita mencionou que a planilha proposta pode ser útil para compartilhar espaços disponíveis entre as escolas. Ela enfatizou que, apesar de não terem um espaço tão amplo quanto o da escola do tribunal, a planilha já ajuda a vislumbrar possibilidades. Em relação à EMASP, a maior parte dos cursos, cerca de 90%, é oferecida na modalidade EAD. Ela ressaltou a importância de fortalecer e melhorar essa abordagem, pois não há como voltar atrás nesse aspecto.

A Sra. Jaqueline informou que a plataforma de EAD atualmente em uso é uma solução interna desenvolvida pelo setor de tecnologia da Secretaria de Gestão. Entretanto, estão em processo de aquisição de uma estrutura mais robusta que permitirá não apenas utilizar o MOODLE como ambiente virtual de aprendizagem. Essa nova estrutura visa ser uma porta sistêmica para ações em massa, integrando o sistema de gestão escolar e possibilitando a realização de tarefas manuais, como trabalhar com Excel, por meio do sistema. Além disso, haverá integração com o SIGPEC, atendendo assim a um sonho de longa data da EMASP e de todas as escolas envolvidas. Atualmente, a plataforma comporta um número significativo de alunos, uma vez que, a partir de maio, a capacidade por curso e turma foi ampliada para 1000 alunos. Ela enfatizou que a plataforma se comportou bem após a expansão, sem quedas ou problemas de tempo de carregamento, o que possibilitou oferecer atualmente 9 cursos, todos eles com até 1000 vagas disponíveis. Quanto ao futuro da plataforma, discutiu-se a possibilidade de mais aulas ao vivo, a modalidade híbrida e outras ideias que permitam o uso de ferramentas e um retorno gradual ao ensino presencial.

A Sra. Lucia Langanke de Oliveira mencionou que a Escola da Saúde possui todos os cursos em formato de Educação a Distância (EAD), exceto eventos presenciais como seminários e grupos de discussão.

A Sra. Lucia Langanke de Oliveira mencionou ainda que assumiu recentemente a divisão de educação e está tentando entender o funcionamento da escola. Ela notou que o diretor não costuma participar e desconhece como era a dinâmica anterior. A Sra. Lucia ressaltou que a escola está totalmente voltada para a educação à distância e reconhece os desafios relacionados à qualidade desses cursos, pois é diferente de uma abordagem presencial. Ela se disponibilizou a contribuir ao longo do tempo e ressaltou que todos enfrentam esses desafios.

A Sra. Rita deu as boas-vindas a Sra. Lúcia, mencionando que a escola de saúde é um membro histórico do CONSEGOV e uma parceira importante de muitas outras escolas. Ela destacou que a EMASP e outras escolas já utilizaram o estúdio da escola de saúde em diversas ocasiões. A Sra. Rita expressou que a Sra. Lúcia deve se sentir acolhida no conselho. Ela agradeceu a Sra. Lúcia e sua equipe por voltarem a participar das reuniões.

A Sra. Lucia informou que a escola vai mudar para um novo prédio junto com a Secretaria da Saúde, mas que ainda não sabe as condições do novo espaço e se terão um estúdio. Ela lamenta não poder fornecer mais detalhes, pois ainda não visitaram o novo prédio. A Sra. Lucia expressou estar na escola da saúde é uma missão e deseja que tudo corra bem nessa nova jornada.

A Sra. Regina mencionou que estão caminhando para a utilização do ZOOM como uma ferramenta adicional. Ela destacou que o ZOOM possui mais recursos do que o TEAMS, especialmente para atividades síncronas, como pequenos grupos de discussão e interações mais dinâmicas. A intenção é viabilizar a assinatura do ZOOM para possibilitar cursos online síncronos com maior interação entre os participantes. A Sra. Regina espera que esse processo avance rapidamente e permita o uso de outras ferramentas associadas ao ZOOM.

A Sra. Gabriela pediu para compartilharem a estratégia de contratação do ZOOM, pois eles têm solicitado a contratação de licenças, mas ainda não conseguiram viabilizar. Ela queria saber qual é a estratégia para efetivar a contratação e assinatura do ZOOM.

A Sra. Jaqueline informou que o processo de contratação da assinatura do ZOOM ainda está em andamento. A equipe de TI fez um levantamento das diferentes opções de ferramentas síncronas, incluindo o TEAMS e o Google Meet, e elaborou o termo de referência para a contratação. Eles consultaram outras instituições que já utilizam o ZOOM para obter informações sobre o processo de contratação. A equipe solicitou 20 licenças e o pedido já passou pelos setores de compras e CAF, e agora estão aguardando a manifestação da AJ para prosseguir. A Sra. Jaqueline mencionou que, quando possível, compartilhará mais informações sobre o processo.

A Sra. Rita agradeceu a discussão realizada sobre o decreto e destacou a importância de conhecer a realidade de todas as escolas antes de fazer uma leitura completa do documento. Ela mencionou que o decreto de 2010 está defasado em relação às necessidades atuais, especialmente no contexto de educação a distância com ferramentas como ZOOM e TEAMS. A Sra. Rita ressaltou que a educação a distância se tornou um caminho irreversível para todos e enfatizou a necessidade de fortalecer e institucionalizar essa abordagem. Ela sugeriu que no próximo encontro, que poderia ocorrer antes dos dois meses programados, houvesse uma discussão mais focada especificamente no decreto.

A Sra. Regina sugeriu que toda a legislação fosse simplificada, pois a necessidade de regulamentar tudo deriva da desconfiança de que sem documentação explícita, os processos não funcionarão corretamente. Ela expressou seu plano de reler os decretos existentes e fazer sugestões extremamente minimalistas. Ela enfatizou que nem tudo precisa estar escrito, especialmente em políticas. Escrever uma política municipal de capacitação não é uma solução mágica que resolverá todos os problemas. Portanto, a Sra. Regina defendeu a redução de regras detalhadas e excessivas, enfatizando a importância de considerar o presente e o futuro. Ela destacou, por exemplo, que não é apropriado escrever que devemos usar uma plataforma específica, como TEAMS ou ZOOM, uma vez que novas tecnologias, como inteligência artificial, podem tornar essas escolhas obsoletas em um curto espaço de tempo. Ela ressaltou que além do objetivo de simplificar, desburocratizar e confiar na capacidade das pessoas para tomar decisões adequadas, é crucial antecipar as tendências futuras. Nesse sentido, a flexibilidade é o melhor caminho a seguir.

A Sra. Regina compartilhou sua opinião, mencionando sua experiência como gestora por muitos anos, sem ter enfrentado qualquer processo judicial nos cargos ocupados. Ela enfatizou que o propósito deve ser guiado pela qualidade, seriedade e integridade. Portanto, ela sugeriu que todos os presentes realizem uma leitura crítica, fazendo marcações e riscos, se necessário, de forma concisa.

O Sr. Roberto concordou que a flexibilidade é importante, mas também ressaltou um aspecto relacionado às políticas estabelecidas. Ele mencionou que essas políticas visam proporcionar certa perenidade, sendo políticas de estado e não de governo. Ele expressou a ideia de que ter normas estabelecidas é justamente para evitar que assuntos importantes fiquem ao critério de cada nova gestão. No entanto, ele afirmou que isso não significa que não seja possível revisar as políticas ou simplificá-las. Ele fez uma analogia com a Constituição e o processo de emendas constitucionais para exemplificar seu ponto de vista. Ele explicou que o processo de emenda constitucional é mais rigoroso para alterar uma norma constitucional, devido à necessidade de manter uma estrutura perene do estado. A analogia foi feita para ressaltar a importância de ter uma estrutura de estado em vez de apenas um governo. O Sr. Roberto enfatizou que embora reconheça as falhas dos decretos, a estratégia de revogação completa não é a melhor abordagem. Em vez disso, ele propôs uma discussão item a item, analisando o que funciona e o que não funciona. Ele ainda defendeu a necessidade de um arcabouço jurídico que oriente as ações, a fim de manter uma estrutura legal sólida, e esclareceu que sua visão não era exatamente contraposta, mas uma ressalva em relação à posição anterior.

A Sra. Regina deu continuidade à discussão, esclarecendo seu ponto de vista em relação à proposta de revogação. Ela enfatizou que sua intenção não era simplesmente revogar, mas sim simplificar. Ela destacou que um decreto é diferente de uma Constituição Federal e de um processo de debate mais abrangente. É um ato do Executivo, sem a perspectiva de perenidade ou mudanças de estado ou governo. A Sra. Regina ressaltou que, mesmo que o decreto passe pelo Legislativo, infelizmente, o interesse do legislativo por temas como esse é limitado. Ela expressou que não acreditava que criar uma lei de política de capacitação fosse a melhor abordagem, pois isso poderia ser ainda mais rígido do que um decreto. Seu objetivo era simplificar e ela não acredita que os detalhes minuciosos trarão melhores resultados do que permitir a discricionariedade e a adaptação à realidade, levando em consideração também as perspectivas futuras. A Sra. Regina esclareceu que não estava ignorando a importância do assunto. O Sr. Roberto reforçou a importância da Política municipal de capacitação. Ele ressaltou que todas as ações realizadas no CEJUR são pautadas nessa política. Ele explicou o contexto histórico dos decretos autônomos. Ele mencionou que há alguns anos (sem lembrar a data exata, mas com certeza em 2010 assim era), havia um entendimento de que existia a figura do decreto autônomo, que estava sendo utilizado na administração com certa liberdade. Posteriormente, houve uma posição do Ministério Público e alguns decretos autônomos foram revisados. Ele esclareceu que, na época, esse entendimento era possível, talvez por isso não tenha sido objeto de lei específica. No entanto, mesmo sendo um ato do Executivo, ele acredita que os decretos têm uma força quando analisados com cuidado, servindo como ponto de partida. O Sr. Roberto concordou com a Sra. Regina em relação à possibilidade de revisar os decretos e discutir ponto a ponto.

A Sra. Lucia iniciou sua intervenção ressaltando que não é especialista em legislação, mas compartilhou suas reflexões sobre os decretos em questão. Ela concordou com a Sra. Regina em relação ao fato de que a maior parte do conteúdo dos decretos não corresponde à realidade da Escola da Saúde. A Sra. Lucia explicou que, no contexto da saúde, a maioria dos trabalhadores (aproximadamente 80.000 de um total de 100.000) são terceirizados através das organizações sociais. Além disso, apenas cerca de 20.000 são servidores, e esses decretos se referem principalmente a eles, o que não se aplica às ações educativas relacionadas à saúde realizadas pela equipe. A Sra. Lucia enfatizou que as ações educativas abrangem diversas áreas, como tuberculose, dengue e doenças crônicas, direcionadas aos 80.000 trabalhadores em regime CLT. Nesse contexto, ela levantou a questão de se os decretos poderiam abordar questões mais gerais e que, em seguida, cada Secretaria regulamentasse suas especificidades por meio de portarias. Dessa forma, os decretos poderiam ser mais abrangentes, deixando as regulamentações detalhadas para portarias específicas, elaboradas por cada Secretaria de acordo com suas necessidades e realidades. Ela ressaltou que essa sugestão pode ser uma forma de lidar com a complexidade e as particularidades de cada Secretaria, uma vez que é impossível que um decreto único consiga abarcar todas as especificidades. Ela reconheceu que não é especialista em legislação, mas ofereceu essa ideia como uma possível solução para a questão em discussão.

A Sra. Rita mencionou que a rodada anterior permitiu entender em que ponto cada escola se encontrava em relação ao EAD. Com base nesse entendimento, a leitura do decreto teria como objetivo simplificá-lo e adequá-lo à realidade presente, com a visão também voltada para o futuro. O objetivo era evitar que o decreto se tornasse obsoleto e sem aderência à realidade vigente, que o decreto se tornasse uma mera formalidade sem aplicação prática no cenário atual. A ideia era garantir que as regulamentações fossem relevantes e adequadas à realidade em constante evolução. Com esse propósito em mente, a Sra. Rita propôs que a leitura do Decreto 51.368/2010 fosse feita até a próxima reunião, para que todos pudessem discutir de forma mais aprofundada e detalhada as possíveis simplificações e ajustes necessários. Dessa forma, o decreto poderia ser atualizado e alinhado à realidade de cada escola de governo, garantindo maior efetividade e relevância.

A Sra. Regina sugeriu que os três decretos - relacionados ao ensino a distância, à capacitação e a gestão do conhecimento e inovação - fossem tratados em conjunto, em vez de abordá-los de forma isolada. Ela ressaltou que, dada a natureza atual das coisas, é importante abordar esses temas de forma integrada. A ideia da Sra. Regina era partir do geral para o particular. Assim, enfatizou que os três decretos fossem lidos simultaneamente e que, antes da próxima reunião, fosse elaborado um rascunho (borrador) consolidando as considerações de todos os envolvidos. Esse rascunho seria circulado entre os participantes antes da próxima reunião, permitindo que todos pudessem fazer suas considerações e sugestões. Regina destacou que essa abordagem já havia sido bem-sucedida na minuta do CONSEGOV, onde várias considerações foram incluídas e aceitas, resultando em um resultado positivo. A ideia é ler os três decretos e, em seguida, elaborar uma versão preliminar para discussão antes da próxima reunião.

A Sra. Rita propôs, então, que fosse criada uma versão dos três decretos na nuvem, onde todos poderiam trabalhar online, adicionando comentários, revisões e marcações. Em seguida, todos contribuiriam com suas sugestões, e com base nisso, seria elaborada uma minuta ou um rascunho que seria compartilhado com todos os participantes para ajustes.

O Sr. Roberto expressou sua concordância com a proposta de realizar uma leitura pontual dos decretos, onde cada escola identificaria as questões problemáticas específicas em sua área. Ele concordou que os decretos são bastante generalistas e não abordam especificidades. O Sr. Roberto destacou a importância do decreto como um arcabouço jurídico que fornece embasamento para argumentar em situações de aprovação de eventos e capacitações. Ele mencionou a política municipal de capacitação como um instrumento que respalda a ampla formação e ressaltou a importância de preservar os dispositivos legais existentes. O Sr. Roberto também destacou dispositivos do decreto que valorizam os servidores públicos, como a priorização da formação interna. Ele enfatizou a necessidade de revisar criteriosamente os pontos que dificultam o processo, destacando a importância de discussões focadas e pontuais.

A Sra. Rita concordou com a proposta de discutir os três documentos em conjunto, partindo do geral para o mais específico. Ela sugeriu que todos leiam e comentem os documentos, fazendo sugestões de alterações. Rita propôs enviar os documentos para ampliar a discussão e compartilhar uma proposta de data para realizar as tarefas necessárias antes da próxima reunião. Ela convidou o Sr. Alan a falar sobre a questão de Governo Aberto, caso ele tivesse algo a acrescentar.

O Sr. Alan informou que gostaria de compartilhar uma questão relacionada ao Governo Aberto. Ele mencionou que a equipe da Coordenação de Governo Aberto elaborou um edital para a contratação de oficinairos para o programa de 2023-2024. A equipe solicitou a colaboração do CONSEGOV na divulgação do edital, especialmente para parceiros que tenham escolas envolvidas em oficinas nos últimos anos. O Sr. Alan mencionou que encaminhará o edital para a EMASP. Ele destacou que o prazo para inscrições no edital é até meados do próximo mês, possivelmente dia 9 ou 17 de julho.

A Sra. Rita agradeceu a participação de todos e destacou a colaboração da equipe nas oficinas realizadas nos últimos programas. Ela sugeriu encaminhar o edital para divulgação, considerando o envolvimento prévio do CONSEGOV nessas atividades. Em seguida, ela abriu a palavra para qualquer pessoa que quisesse fazer algum comentário ou acrescentar algo à reunião. A Sra. Rita também deu as boas-vindas aos novos participantes, Sra. Lúcia, Sr. Ricardo e Sr. Marcos, expressando a esperança de que eles continuem participando das próximas reuniões. Nada mais havendo a tratar, a Sra. Rita agradeceu a todos e encerrou a reunião, desejando um bom dia de trabalho e destacando que aguardem as próximas comunicações do CONSEGOV. E para constar, eu, Neide Keiko Otsuka, R.F.: 911.188.3, lavrei a presente ata.